

**GRÊMIO Social-Esportivo-Recreativo SUDESTE - Promoção da Cidadania e Defesa do Consumidor**

Rua Bento Coelho da Silveira 267 - CEP 04330-080 S. Paulo - SP - Tel/fax: (11)5565-5322/5671-0121

Internet: [www.geocities.com/gremio\\_sudeste](http://www.geocities.com/gremio_sudeste)

e-mail: [gremio\\_sudeste@yahoo.com](mailto:gremio_sudeste@yahoo.com)

Vinculado ao Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública - COEP - [www.geocities.com/coepdeolho](http://www.geocities.com/coepdeolho)

Ofício Circular nº G02502

Ref.: Fórum social Mundial – Porto Alegre/2002

Para: Assessorias de imprensa e comunidade em geral

S. Paulo, 30 de janeiro de 2002.

Jabaquara – Cidade Livre

## **Socialismo Real (ou autoritário) ???**

O Fórum Social Mundial, a ser realizado no período de 31/01 a 02/02 em Porto Alegre/RS, ainda não conseguiu definir uma linha clara de enfrentamento da globalização ditada pelo capital. O dilema eterno das esquerdas continua: “um estado forte” ou “uma sociedade civil organizada”?

A sociedade deveria prestar muita atenção neste “dilema”, pois os organizadores contam com um forte apoio de governantes que na prática estão defendendo o controle do Estado através de um partido único. O **“socialismo real” prega a extinção das sociedades civis – se não houver “conflitos de classes” não haverá a necessidade de organizações de defesa de grupos específicos...**

Vejam que a maioria das “entidades brasileiras organizadoras” tem sede na cidade de São Paulo, uma cidade que historicamente desrespeita as organizações comunitárias e sociedades civis. Note-se que no Brasil não existe, juridicamente falando, o conceito de “organização não-governamental”. Em vista disso, vimos que sindicatos, fundações, organizações profissionais, e entidades classistas **estão usurpando as vagas da “sociedade civil” nos diversos conselhos criados a partir da diretriz constitucional definida em 1988.** Esta situação é exemplar na cidade de São Paulo

Destaque-se que muitas entidades internacionais pretendiam se desvincular da “partidarização” do Fórum, propondo a mudança da reunião para outras cidades (em forma de rodízio). Mas, esta proposta foi duramente atacada pelos organizadores brasileiros – chegaram a dizer que um dos motivos da escolha de Porto Alegre seria a prática do “orçamento participativo” (sic). **Sobre este item específico, o Grêmio já publicou críticas sobre a farsa desta autêntica “Gincana da Miséria”:**

- Em Santo André (SP), as reuniões são conduzidas por assessores governamentais, e os participantes são majoritariamente “militantes partidários”.
- Em S. Paulo (SP), uma cidade com mais de 10 milhões de habitantes, soa ridícula esta forma de “assembleísmo”, pois a própria representatividade na Câmara Municipal (55 vereadores) é totalmente distorcida: menos de 20% dos votos são suficiente para eleger toda a Câmara. Além disso, os “delegados” do orçamento participativo foram eleitos mediante a “compra e troca de favores” pelos votos das comunidades carentes.

**O que falta discutir neste Fórum é a real representatividade política.**

**Quem é que financia a participação popular?** Veja que o governo municipal na Cidade de S. Paulo conseguiu a proeza de anular a eleição dos Conselhos Tutelares (170 conselheiros – cinco para cada um dos 34 Conselhos Tutelares). **Isto foi denunciado como uma manobra da tribo instalada na Prefeitura, a qual não aceita ser fiscalizada por lideranças comunitárias independentes.**

Para que não restem dúvidas sobre as contradições dos organizadores brasileiros, lembramos apenas que a **Prefeita de S. Paulo propôs a redução das verbas da Educação em 50%; e a Câmara Municipal aprovou este golpe contra as crianças com uma significativa votação: 37 x 14.** Um Vereador do partido governista votou “contra” a prefeita; e por isso teve sua expulsão pedida pelo presidente do partido – o mesmo vereador que preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal. Por fim, constatamos que foi o vice-prefeito quem sancionou a famigerada lei, enquanto a prefeita tirava férias em Paris. **O vice-prefeito é o mesmo que historicamente defendia os cidadãos contra os abusos do poder público, e que contraditoriamente prega o investimento em Educação como forma de inclusão social.**

**Questão final: Como garantir o controle social do Estado?**

Mauro A. Silva (Presidente) – 5 anos de defesa contra abusos do Poder Público

**Fechar a Febem/SP. Diga não à tortura.**

